



31 Junior, e Rubens Antônio Nigro Ramos, do Tribunal de Contas do Município de São Paulo;
32 Alexandre Andretta, do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo; Carlos Cândido de Mello,
33 do Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria Geral da União – CGU; Gérson
34 Leite da Silva, Iara Aparecida Gonçalves, e Sandra M. T. M. Barreto, PRODAM; Ricardo
35 Ferreira Nogueira, da Secretaria Municipal de Justiça; Simênia Maciel de Lima, do
36 Departamento Estadual de Trânsito de São Paulo - DETRAN/SP; Tânia Rodrigues A. Garbato,
37 da Secretaria Municipal da Fazenda; André Luiz Pavim, da Corregedoria Regional Eleitoral;
38 Celso Jesus Mogioni, Procuradoria Geral do Estado de São Paulo/JUCESP.

39 **Ausentes os representantes** Anamara Osório Silva, Ministério Público Federal; Augusto César
40 Garcia Lozano, Cleber da Costa Oliveira, Secretaria Municipal de Finanças; Sebastião José
41 Pena Filho Brasil, Ministério Público Estadual; Renato Tomiyassu Obata, Tribunal de Contas
42 da União; Renato Pinheiro Ferreira, Procuradoria Geral do Município; Luiz Duarte de Oliveira,
43 Procuradoria Geral do Estado.

44 **Abertura:** dando início a sessão, foi convidado a compor a mesa, o conselheiro João Antonio
45 da Silva Filho, Presidente do Tribunal de Contas do Município de São Paulo, o Secretario
46 Executivo do FOCCOSP e o Controlador Geral do Município de São Paulo Dr. Gustavo
47 Ungaro e o Secretário Geral do Tribunal de Contas do Município de São Paulo, Ricardo
48 Epaminondas Leite Panato, excelentíssimo conselheiro João Antonio é convidado a dar boas
49 vindas aos presentes, saúda o Controlador Geral do Município, secretario geral e todos os
50 presentes, destacando que o tema, e a questão, em que estão responsáveis nesse fórum de
51 compartilhamento, além do mais o Dr. Gustavo, sabe da relação permanente de
52 compartilhamento de dados e de ações no controle interno da prefeitura, fortalecendo a ação do
53 controle externo, e o controle externo compartilhando também com o controle interno, dados e
54 relatórios no sentido de fortalecer também a ação do controle interno, agora exercido por uma
55 pessoa da mais alta competência e com histórico no passado que respalda sua ação na
56 Prefeitura de São Paulo, o Sr. João Antonio também fala sobre o Sr. Ricardo Panato, que junto
57 com o Sr. Dílson informam semanalmente ao tribunal de contas, todos os passos da
58 participação nesse fórum do FOCCO SP, também fizeram um longo roteiro para que fosse
59 apresentado, mas optou por não seguir o roteiro e falar olho no olho e aquilo que é o seu
60 sentimento e a sua experiência. Em primeiro lugar dizer a todos que o combate à corrupção é
61 uma ação permanente dos órgãos responsáveis, mas, mais do que isso, ela se torna mais eficaz
62 quando nós estabelecemos com o controle social uma parceria, aqui vai o primeiro destaque,



63 nós na cidade de São Paulo temos um ordenamento jurídico da cidade, talvez uma das mais
64 ricas experiências de controle social formalizado. A cidade de São Paulo conquistou um
65 excelente conselho de saúde mais do que isso na área de saúde, a cidade de São Paulo
66 conquistou diversos conselhos gestores regionalizados, que fazem parte integrante da ordem
67 jurídica da cidade e assim sucessivamente, o conselho de habitação, o conselho de mulheres,
68 conselhos gestores nos CEUS, conselhos participativos nas prefeituras, e nós temos cada vez
69 mais encurtado a distancia entre o controle externo formal exercido pelo Tribunal de contas e
70 aqueles formalmente desenvolvidos pela sociedade civil, essa parceria tem dado muito certo na
71 cidade de São Paulo e cada vez mais o Tribunal de Contas passa a ser um organismo vivo, não
72 um organismo fechado em si, mas um organismo vivo, presente na sociedade cada vez mais
73 integrada as necessidades da sociedade paulistana; A segunda questão destacada foi a nossa
74 parceria com o Ministério Público, principalmente o ministério público estadual, no sentido de
75 compartilhamento, de agilidade nos pedidos dos nossos parceiros, os trabalhos executados pela
76 nossa ouvidoria, isso tem facilitado muito a ação do tribunal de contas e vice versa, e
77 recentemente em um almoço com o doutor Thiago, chefe do ministério público de primeira
78 instância, um dos responsáveis pela lava jato no estado de São Paulo, nós já estabelecemos uma
79 série de trocas de experiência, João ainda informa que está enviando nos próximos dias, a
80 pedido, uma série de termos circunstanciados que versa sobre a atividade que ele agora
81 coordena no combate a corrupção, Terceira questão: a cidade de São Paulo é um grande
82 laboratório nessa questão de combate a corrupção, são 54 bilhões de reais no orçamento e com
83 interesses diversificados, existe historicamente na cidade de São Paulo atuações já consolidadas
84 de diversos setores empresariais que exerce um poder nunca visto nessa cidade, o colega
85 Gustavo Ungaro tem presenciado, são interesses que inverte a lógica da cidade de São Paulo,
86 muitas vezes o poder público fica dependente da intervenção de particulares, cita exemplos: o
87 serviço de transporte coletivo na cidade de São Paulo, 3 dias sem o serviço, é capaz de derrubar
88 qualquer prefeito, e a capacidade do estado Prefeitura de intervir nesse processo é relativa, não
89 nula, mas relativa, e o tipo de organização que a cidade adotou nos últimos períodos, leva a
90 cidade de São Paulo a ser refém dessa atividade econômica, tomando como referência o lixo na
91 cidade de São Paulo, todos sabem que a décadas, os mesmos mandam na cidade de São Paulo,
92 no mais, se eles deixarem de recolher o lixo ou não varrerem a rua no centro expandido por 3
93 ou 4 dias, qualquer prefeito na cidade de São Paulo é capaz de cair, mas nós podemos citar
94 outras áreas, a cidade de São Paulo é refém dos mesmos agentes ha anos, por exemplo a área de



95 tapa buracos e recapeamento de avenidas, cita esse exemplo para explicar que o FOCCOSP
96 tem a grande tarefa de tratar desses assuntos, não permitindo que o Estado seja capturado pelos
97 interesses privados, essa lógica que tem inteirado nos últimos tempos no Estado Brasileiro e
98 qualquer resistência articulada pelos órgãos de controle, pode ter absoluta certeza, que a
99 resistência dos controlados, e aí cito controlados poder público e controlados que têm contrato
100 com o poder publico, é tamanha e a influência inclusive dos veios de comunicação é de uma
101 direção que se nós não tivermos coragem e determinação a gente não leva essa tarefa as últimas
102 consequências, e quando tem eficiência como alguns relatórios enviados à este tribunal pela
103 Controladoria Geral do Município, e aí comprometo encerrando a minha fala, quando
104 recentemente alguns relatórios compartilhados conosco da própria controladoria, parabéns, é a
105 emenda da câmara municipal, quebrando o poder da controladoria do município de São Paulo,
106 essa resistência é que nós devemos superar, o TCM está à inteira disposição de todos os órgãos
107 do FOCCO-SP, pois possui a mesma premissa de todos, o combate a corrupção se inicia com
108 transparência absoluta, a democracia pressupõe o poder público com ferramentas de
109 democratizar o orçamento público para toda a sociedade paulistana e órgãos de controle, e no
110 dia vinte desse corrente nós instituimos o processo eletrônico, para que a sociedade inteira
111 possa acompanhar quais os órgãos já foram submetidos, onde está parado, de maneira que a
112 máxima do império romano antigo, *a mulher de Cesar não basta ser séria, tem que parecer*
113 *séria*, e a transparência tem que começar aqui nessa casa, e o TCM esta buscando aperfeiçoar
114 as ferramentas, não há limites intransponíveis naquilo que produzimos, conte conosco, o TCM
115 está a inteira disposição, usem para o bem do interesse público, nos ajude a transformar o TCM
116 numa ferramenta importante para a sociedade paulistana, a ajuda do FOCCOSP é da mais alta
117 importância, para disseminar o conhecimento. A finalidade do estado é o desenvolvimento
118 integral da pessoa humana. O TCM e demais órgãos do estado só tem sentido de ser, se de fato
119 levar até as últimas consequências essa ideia de finalidade do estado, sejam bem vindos o TCM
120 está aberto estamos juntos por essa empreitada. Dando continuidade com a palavra o Secretário
121 Executivo do FOCCOSP Dr. Gustavo Ungaro que inicia sua fala cumprimentado todos os
122 presentes, agradecendo a hospitalidade em receber o Fórum num espaço tão adequado aos
123 trabalhos, por abrir a instituição para a reunião plenária; ressalta ainda a importância das
124 palavras iniciais do presidente do TCM que chamou a atenção para problemas graves que
125 demandam e justificam esse esforço interinstitucional que move a todos os que estão presente,
126 por haver clareza da necessidade do intercâmbio de informações da inteligência compartilhada,



127 a adoção das atividades de formação e de uma ação concreta para superar problemas graves que
128 impedem que esse desenvolvimento integral que se busca. Em nome da CGM registra a
129 importância da cooperação institucional que tem ocorrido no município de São Paulo, é um
130 dever institucional previsto na constituição, que o controle interno interaja e colabore com o
131 controle externo, procuramos colocar isso em prática sabendo que isso é uma missão que fora
132 atribuída pela lei maior, pela própria carta fundante da ordem política e jurídica e dessa maneira
133 que registramos que o presidente João Antonio tem sido exemplar nesse relacionamento
134 institucional, temos tido reuniões produtivas, troca de documentos relevantes para a busca da
135 garantia do interesse público no nosso município é um registro importante que se faça também,
136 agradecendo pelo apoio institucional do tribunal, agora revelado em função dessa situação
137 presente nestes dias em que temos agora aprovada pela câmara uma lei de grande importância,
138 a lei de reorganização administrativa da prefeitura de São Paulo buscou frisar a autonomia
139 técnica administrativa e orçamentária da Controladoria Geral do Município como também da
140 Procuradoria Geral do Município que também está aqui representada, essas duas instituições
141 constam do texto da lei, já em seu artigo primeiro como duas das vinte e cinco pastas do
142 município, elas estão perfiladas ao lado das demais secretarias municipais e tem um artigo
143 específico para a firmação da autonomia técnica administrativa e orçamentária, essa é uma
144 conquista institucional importante, tanto para a controladoria geral do município como para a
145 procuradoria geral, não obstante, houve a situação de dois parágrafos discrepantes, este
146 propósito foi o norteador do chefe do poder executivo, a Prefeitura de Covas fez questão de
147 ressaltar esses aspectos de valorização institucional, tanto da Controladoria quanto da
148 Procuradoria, e estabeleceu-se essa relativa polêmica que teve repercussão na imprensa, em
149 função disso dois parágrafos estariam para contrariar a redação do ponto de vista também
150 jurídico insustentável, contrariando o próprio cerne de aprovar a nova lei, em uma situação
151 contraditória é insustentável. Posto isso Dr. Gustavo agradece a expressão de apoio
152 institucional dado pelo Tribunal de Contas do Município, e faz registro em relação às
153 manifestações que aconteceram da Sociedade Civil, chamando a atenção para a importância da
154 valorização do controle interno e para a não aceitação de qualquer tentativa de limitação e
155 frustração desse anseio, por um controle mais efetivo com condições para ter o seu desempenho,
156 agradece ao Ministério Público do Estado de São Paulo, que também fez questão de expressar
157 isso publicamente. Desse modo, hoje todos os presentes reunidos entre essas atividades do foro,
158 em função também de uma agenda de trabalho que ocorrerá nesta tarde, a apresentação de



159 como andam as ações, o fórum também se reúne periodicamente e estabelecem quais são as
160 ações prioritárias, e em torno delas são formados grupos de trabalho, que são coordenados
161 pelos representantes das instituições que se demandam deste fórum, cada representante de GT
162 (grupo de trabalho), poderá compartilhar todos os atuais andamentos das atividades e eventuais
163 novas providências que possamos adotar. Inicia-se a apresentação da pauta do dia: **1)**
164 **aprovação da ata da reunião anterior** que foi encaminhada para todos os representantes, os
165 mesmos devem ter recebido com alguma antecedência essa ata, se houver alguma sugestão de
166 alteração e ajuste, peço que isso possa ser feito, então agora para a nossa deliberação em
167 relação à aprovação, não houve qualquer necessidade de ajuste em relação ao texto que foi
168 elaborado, portanto a ata fica aprovada. **2) Relatório das ações: 1ª ação - Implantação da Lei**
169 **Anticorrupção**, coordenada pela Corregedoria Geral da Administração. O Sr. Santa Izabel
170 apresentou a proposta de alteração da Lei que está a cargo do grupo de trabalho, incluindo a
171 Coordenadoria Geral do estado, que ficou responsável por apresentar a proposta de alterações
172 informou também que no dia de amanhã será feita reunião desse grupo para estruturar essa
173 proposta que será apresentada numa próxima oportunidade e depois dar continuidade aos
174 trabalhos do ano passado, apresentando também para os municípios, para que eles tomem as
175 mesmas iniciativas de transparência que o Estado vem tomando através do FOCCO-SP, esta é a
176 síntese das atividades da primeira ação.

177 Se tiver alguém mais que participe deste grupo e queira fazer alguma consideração opcional,
178 fique inteiramente a vontade o tema que tem avançado bastante, já foi elaborada uma cartilha e
179 esta disponível, teoricamente incentivando que haja a regulamentação dessa lei, é muito difícil
180 colocar em pratica nos municípios a lei anticorrupção, e pelo que tem acontecido aqui na
181 capital, sabe-se que é possível aplicar a lei anticorrupção em âmbito municipal. Hoje nós temos
182 (20) vinte processos de responsabilização de pessoa jurídica na Controladoria Geral do
183 Município de São Paulo, e nas ultimas semanas foram aplicadas além desses processos em
184 andamento, outros (5) cinco já se concluíram e foi possível então a aplicação de penalidades
185 previstas na lei em (5) cinco empresas aqui na capital paulistana com laço de corrupção, então
186 o que tem sido feito aqui em São Paulo, pode, também por nós, ser apresentado como exemplos
187 de que é possível colocar em pratica a lei em âmbito municipal, e ai a cartilha ajuda e agora as
188 noticias sobre as relatividades execucionais, vem fortalecer esta ótima iniciativa, então
189 parabéns aos membros do grupo. **2ª ação - Capacitação e Treinamento para o Combate à**

190 **Corrupção e à Lavagem de Dinheiro:** a coordenação desse grupo é feita pela Dra. Liliane,



191 que está de férias e encaminhou as atualizações: o grupo se reuniu em maio e houve proposta
192 de temas e objetos, que serão realizados agora no segundo semestre, o encontro já ganhou
193 forma, e esta confirmado para o dia 30/08, será sediado no Tribunal de Contas do Estado,
194 inclusive solicito a gentileza de que os membros do fórum compartilhem no âmbito das
195 respectivas jurisdições, ele terá o tema Marco regulatório e a atuação do BACEN na prevenção
196 e combate a lavagem de dinheiro, será uma palestra proferida pelo Doutor Francisco José
197 Barbosa da Silveira, chefe adjunto do departamento de supervisão de conduta do Banco Central
198 do Brasil, as inscrições já estão abertas no site do tribunal e somente para reforçar então dia
199 30/08, quinta-feira das 10h00 ao 12h00, está previstos mais dois eventos para esse semestre,
200 esses ai estão em formatação e estruturação, estão previstos para o dia 27/09, com o tema
201 sindicância administrativa e processo disciplinar, assédio moral e sexual no serviço público, em
202 parceria com a CGA (Corregedoria Geral da Administração) e o último seria dia 29 de
203 Novembro de 2018 com o tema Lava a jato e o BACEN. **3ª ação - Acompanhamento da
204 implementação do programa de compliance da Junta Comercial do Estado de São Paulo
205 (JUCESP):** Celso Mojone, informa que a Junta Comercial continua progressivamente dentro
206 do cronograma, que estão trabalhando nas ferramentas de controle de abertura, inclusive está
207 sendo iniciado um novo programa de controle de tempo real das unidades conveniadas, com
208 relação aos registros de contribuição e alteração de empresas, com relação a integração com os
209 outros órgãos. Nós tínhamos começa a conversar isso com a Drª Karen, mas com a mudança de
210 direção da junta comercial o novo presidente esta se inteirando do assunto, e teremos novidades
211 na próxima plenária.

212 A coordenação da Receita Federal possui todo o interesse em fazer um convenio com a JC, a
213 fim de coibir ações de fraude com o uso de CPF e CNPJ que estejam inativos, existe uma
214 legislação que prevê que a junta dê baixa nas empresas que ficam mais de 10 anos sem
215 nenhuma atividade. **4ª ação - fomento aos serviços de inteligência, investigação e atuação
216 interinstitucional no combate à corrupção e à sonegação fiscal:** o coordenador da ação Dr.
217 Alessandro Junqueira (PGE) iniciou o relato recuperando o que havia sido dito anteriormente,
218 na primeira plenária onde se aventou a possibilidade de contribuição nos casos da web
219 denuncia, porém houve dificuldades, o formato inicial tinha um caráter de aproximação dos
220 profissionais e devido aos vários casos de denúncia chegou-se a compartilhar com outros
221 integrantes, desde 2016 o formato foi esse de promover discussões/ trocas de conhecimentos,
222 inclusive com especialistas em determinados assuntos. Trata-se de um processo muito inicial de



223 investigação e trabalho de inteligência, isso demandaria algo que eu não posso transferir para
224 os colaboradores, talvez tenha que se repensar, para então avançar nesta questão da denúncia e
225 atuar nos casos concretos que são vários, a gente deve ter passado da casa dos 700 quase 800
226 casos, no geral esse é o relato. Agora a Manuella vai fazer uma apresentação pela Ouvidoria
227 Geral do Estado de São Paulo, de quais são os dados da Web denúncia de corrupção, aí nós
228 poderíamos então ficar com esta possibilidade, ou também sem a necessidade de estarmos
229 vinculados à web denúncia, claro que, se nós tivermos nesse repositório situações informadas
230 por qualquer cidadão, alguma situação suficientemente grave que justifique uma ação de força
231 tarefa, que pudesse também levar a chancela deste fórum, que pudesse sair como uma ação ou
232 iniciativa do FOCCO-SP seria interessante para todos, que isso pudesse acontecer, mas não
233 estamos necessariamente vinculados a uma denúncia preexistente, nós podemos também
234 identificar dentro das nossas atividades, alguma ou algumas situações que possam ser objeto
235 destas ações articulada, para o enfrentamento dentro desse modelo que se mostra eficaz de
236 força tarefa, fica isso também, como uma possível lição de casa para todos nós.

237 A intenção inicial pareceu ser nesse sentido, de que pudesse verificar possíveis situações para
238 que daí as autoridades competentes, os órgãos dentro das suas peculiaridades pudessem de fato
239 articular uma ação conjunta que teria sido comentada e incentivada por este fórum, não que ela
240 tivesse que ser realizada por nós que estamos aqui. Porque, muitas situações não estão dentro
241 do no nosso alcance específico e individual dentro das respectivas descrições. **5ª ação -**
242 **fomentar a articulação interinstitucional como forma de compartilhar as bases de dados**
243 **entre as instituições participantes:** o coordenador Dr. Dílson Ferreira (TCM) relata as duas
244 reuniões desde a última plenária, uma em 25 de junho e outra em 03 de agosto, e tivemos o
245 prazer de contar com um grande número de instituições participantes, federais, estaduais e
246 municipais, uma das atividades principais da nossa ação foi justamente a inclusão de um
247 capítulo na política municipal de transparência de dados abertos, de um capítulo específico
248 visando o compartilhamento da base de dados entre entidades municipais, esse capítulo foi
249 incluído no projeto de lei, só que ele está neste momento na CGM, justamente para que seja
250 adequada a Lei 13.709, aquela lei que trata da proteção de dados pessoais e altera justamente a
251 lei que era o marco civil da internet, este capítulo está na CGM, para que seja adequada a nova
252 legislação que surgiu, e que provavelmente vai aplicar algumas alterações neste capítulo que
253 nós elaboramos, mas estamos otimistas de que apesar de que teve essa interrupção por um bom
254 motivo, uma lei mais moderna que se sobrepôs, a gente imagina que deve ser aprovado em



255 breve, deve passar a compor o arcabouço jurídico pra que facilite o compartilhamento de base
256 de dados entre as entidades, também há entendimentos para fazer o mesmo processo em nível
257 estadual, para as entidades estaduais que compõem a ação cinco, só que neste momento essas
258 tratativas nossas interromperam, porque os membros representantes das entidades estaduais
259 entenderam que, talvez para o estado de São Paulo, não fosse essa a melhor estratégia, outra
260 linha de ação que nós adotada mais recentemente e que parecia ser uma coisa simples, mas não
261 foi, é a integração de dados de base de apenações de empresas e entidades no processo o estado
262 passa para o município a sua base de dados apenados, o município passa para o Estado e ambos
263 passam para a União, a União retorna para o Estado e Município, resolvida a questão, nós
264 descobrimos que não, porque o Estado de São Paulo tem varias bases de dados de apenações, o
265 município tem menos, mas também tem algumas, a união também tem várias e o que nós
266 descobrimos no decorrer dos trabalhos, é que o CEIS Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas
267 e Suspeitas, deveria ser um cadastro único nacional, mas nós descobrimos que uma grande
268 quantidade de entidades públicas não repassa para a Controladoria Geral da União que é
269 gestora do sistema, não passa os dados das empresas inidôneas e suspensas, o município de São
270 Paulo é uma delas. Então o que nós queríamos levar para a plenária do FOCCO-SP, é o pedido
271 de que a secretária executiva encaminhe à ENCLA um ofício solicitando medidas no sentido de
272 incentivar que o CNEIS seja atualizado, de acordo com o que foi observado ele não é
273 alimentado, está muito defasado, então corre risco de entidades consultarem o CNEIS,
274 imaginando que ele está atualizado, mas na verdade ele não está atualizado, Dr. Gustavo
275 ressalta que o fato é gravíssimo e necessita de medida para mitigar tal ocorrência. E informa
276 que, no que tange a Cidade de São Paulo, serão tomadas as medidas cabíveis imediatamente.
277 Uma outra linha de ação relativa a questão das apenações, é uma tentativa de unificar pelo
278 menos o núcleo estadual e municipal as base de dados, porque o Estado de São Paulo tem
279 várias bases de apenações, tem a da SEFAZ que é a principal, e o TCE tem algumas outras. Em
280 25 de junho aconteceu a apresentação do catalogo municipal de base de dados feita pela
281 Controladoria Geral do Município, foi muito proveitosa, porque pudemos conhecer as inúmeras
282 bases de dados que tem o município, em 03 de agosto foi a nossa ultima reunião, nós tivemos
283 apresentação de sanções, justamente pela SEFAZ do Estado de São Paulo, que desencadeou
284 toda uma discussão a respeito dos apenados e na mesma ocasião tivemos duas apresentações,
285 uma da CGM sobre os cadastros nacionais de combate a corrupção, que são apenados e
286 também uma apresentação do tribunal de contas do município, sobre as bases de dados em



287 números do Governo Federal, Estadual e Municipal. Em relação à atuação da CGU, para o
288 cumprimento do trabalho de atualizar o cadastro de empresas impedidas e suspensas, esse ano
289 no estado de São Paulo a CGU está oficiando 76 municípios, tornando obrigação legal, tratando
290 município por município para estabelecer um ponto focal. **6ª ação de fomento a medidas de**
291 **combate a corrupção no âmbito eleitoral**, Dr. Artur, dá início aos relatos e solicita a Monica
292 do tribunal de contas que por ter participado efetivamente de todas as reuniões, passe a todos os
293 trâmites da ação em andamento, além de reforçar que também possui considerações a fazer e
294 informar que Aline e Dra. Carmem não puderam comparecer, no entanto ambas adiantaram ao
295 Dr. Artur que a Monica tem sido uma participante bastante efetiva, no último dia 17 foi
296 realizado um evento aberto a todos membros e servidores das instituições e do FOCCO-SP
297 sobre corrupção eleitoral, a escola de contas sediou esse evento que teve a duração de um dia
298 inteiro houve palestra do procurador regional do TCE, do juiz assessor do TER de integrantes
299 do movimento de combate a corrupção eleitoral e de professor de direito eleitoral que atua no
300 TCM. O evento foi transmitido online aos auditores do TCE e a divulgação foi feita através da
301 diretoria executiva do FOCCO-SP, também está sendo produzida uma cartilha com as
302 principais regras eleitorais, que será disponibilizada em breve. Há um plano de destacar na web
303 denúncia do FOCCO-SP o tema eleitoral, seria conveniente colocar na plataforma da web a
304 possibilidade dos cidadãos transmitir informações notícias de fato envolvendo crimes eleitorais,
305 Monica complementa a fala do Dr. Artur informando que existe uma questão estrutural no
306 sistema web denúncia que dificulta algumas alterações no sistema, Manuella retifica a
307 colocação da Sra. Monica e informa que todas as questões foram analisadas, porém quanto
308 maior o número de canais, maiores as chances do cidadão não saber à quem recorrer, então o
309 ideal é que cada órgão receba suas denúncias e encaminhe para um e-mail que será criado para
310 que posterior a análise do órgão, aquelas demandas que configurarem de fato uma denúncia
311 seja encaminhada para apreciação da Secretaria Executiva do FOCCO-SP ou para a Ouvidoria
312 Geral do Estado e encaminha para todos os responsáveis. A parte de respostas dos órgãos,
313 pedimos para que seja o mais clara possível, mais complementar que tenha os anexos, nós
314 temos a possibilidade dos órgãos fazerem vários pareceres e comunicados, o órgão pede e os
315 denunciadores tem a possibilidade de complementar cada vez mais, mas de qualquer forma os
316 órgãos internos que fazem esse encaminhamento. Complementando, como estava na pauta,
317 daria para inserir o tipo como seu eleitoral para fazer com que as pessoas que fizerem
318 denúncias pudessem visualizar, e se achamos que deve ser colocada corrupção no eleitoral que



319 seria encaminhado para ao MP ou MPF, precisaríamos ter o e-mail do MPF do MP nos já
320 temos e a gente encaminha, se for essa deliberação, já solicito para colocar na próxima semana.
321 Essa seria a sugestão do grupo, para que pudesse haver a inclusão de um campo adicional de
322 denúncia com o chamado específico corrupção eleitoral, para que o cidadão pudesse usar essa
323 plataforma especificamente neste período até outubro. Sobre este segundo aspecto do
324 apontamento do grupo, primeiro você vê a abertura desse campo para denúncias relacionadas à
325 corrupção eleitoral com a informação de que haveria viabilidade técnica e parece que não teria
326 razão para que não fizesse esse exercício de abrir um espaço no formulário, e denúncias
327 relacionada ao momento eleitoral no âmbito da corrupção poderiam estar ali registradas e terem
328 encaminhamento pertinente, além disso, a questão da revisão do próprio texto de apresentação
329 da web denúncia, como esse texto foi formulado há quase 02 anos, quando não tínhamos a
330 experiência e a prática que temos agora, com as situações que estão nos preocupando na
331 Controladoria do Município, a repetições das denúncias, algumas denúncias são registradas nos
332 sistemas e geram protocolos diferentes várias vezes, então se pensarmos em uma situação que
333 possa bloquear a denúncia idêntica, para que ela não fique contaminando estatística ou já
334 orientar melhor o denunciante em relação a como fazer esta denúncia, para que ela possa atingir
335 a finalidade almejada. Então talvez pudéssemos ter uma sugestão de um novo texto, a
336 participação do Ministério Público do Estado foi fundamental para a construção da estrutura
337 atual da web denúncia, seus conceitos e o texto de apresentação. Dr. André fala em nome da
338 Corregedoria do Tribunal Eleitoral, em relação à denúncia de corrupção eleitoral, a gente
339 entende apenas como compra de voto, o que esta se almejando aqui vai muito além, do que este
340 termo, por experiência própria vocês irão receber bastante denúncia de compra de voto, nós
341 temos no sistema da justiça eleitoral chamada denuncia online, que permite que o cidadão faça
342 qualquer denúncia específica de propaganda. A procuradoria Regional Eleitoral tem no site um
343 link para denúncia de qualquer tipo de fato que envolva as eleições, o TSE tem uma portaria
344 instituindo um sistema chamado pardal, qualquer cidadão por meio de aplicativo, celular, tablet
345 e internet pode fazer a denúncia, observa-se a criação de um novo mecanismo para algo que já
346 existe. Um dos mecanismos adotado em 2010 para fazer um filtro e inibir denúncias
347 infundadas, foi a obrigatoriedade do preenchimento do campo título de eleitor, o dado é
348 verificado e somente o número válido possibilita a realização de denuncia. Além disso, a
349 denúncia feita é direcionada ao cartório eleitoral do respectivo município, e o próprio servidor
350 do cartório tem atribuição para constatar a denuncia. Dr. Artur reforça que todos os órgãos



351 possuem canais de denúncia, e que a intenção do canal web denuncia foi ampliar e aperfeiçoar
352 o atendimento e apuração, para que o cidadão possa oferecer as denúncias também ao FOCCO-
353 SP. **Encaminhamento:** relacionar os links mencionados pelo Dr. André, além de Adaptação do
354 formulário com o campo específico de corrupção eleitoral que abarcará várias situações que
355 possam ser denunciadas, aperfeiçoando o texto para que a denúncia possa ser mais bem
356 fundamentada, mais adequada ao efetivo desdobramento. **Fica deliberado** para que a OGE
357 tome as devidas providências. Compartilhamento: Dr. Gustavo apresenta material produzido
358 pela CGM cartilha de condutas vedadas a agentes públicos no período eleitoral, impresso e
359 também em formato eletrônico, onde os participantes poderão fazer alterações que julguem
360 oportunas. **7ª ação – Aumentar a efetividade da recuperação de ativos**, coordenada pela
361 PGE foram realizadas reuniões mensais, e a grande dificuldade na recuperação de ativos é a
362 composição tanto dos coordenadores quanto dos colaboradores é majoritariamente da
363 advocacia pública e principalmente na área de recuperação de crédito tributário, o que causa
364 um viés, porém em momento algum os órgãos foram abandonados, outras discussões que
365 ocorreram e obtiveram avanço no âmbito da sétima ação foi a falta de comunicação das três
366 esferas com relação ao pagamento de precatórios e recuperação de ativos, tratativas estão
367 ocorrendo para que haja essa troca efetiva de informações entre os entes, através de
368 compartilhamento de base de dados ou fluxo completo de informação. Ainda na mesma linha
369 de ação, observou-se o ato ilícito de empresas em recuperação judicial, que agem de maneira
370 fraudulenta como mecanismo não só de inviabilizar o recebimento do crédito tributário como
371 também a fraude recuperacional, as empresas forjam credores e ao mesmo tempo vendem
372 ativos em recuperação judicial. É uma questão preocupante que gera um prejuízo em torno de
373 200 bilhões ao Estado, e outro levantamento diz que a questão da sonegação tributária envolve
374 mais de 500 bilhões ao ano. **8ª ação - Judicialização e combate à fraude no âmbito da saúde**
375 **pública:** Dr. Lawrence Tanikawa (CGA) explicou que estão ocorrendo análises para ampliação
376 dos pontos de atuação, além da realização de palestras e workshop para divulgar o trabalho nas
377 pontas que trabalham com o combate a fraude. Ressalta ainda que a Judicialização em saúde
378 carece de trabalhos de diálogo e prevenção de fraude, bem como o compartilhamento das
379 informações e procedimentos investigatórios que não é compartilhado, as ações não chegam ao
380 conhecimento de todos os entes. Dr. Gustavo reforça a participação da CGM e informa que na
381 data de hoje foi determinada a instauração de inquérito administrativo por força de situação
382 detectada pelo município, de direcionamento de contratação de órteses e próteses, uma situação



383 grave, que já gerou demissão de agente público e agora está tendo outros desdobramentos. Dr.
384 Ricardo Ferrari complementa que existe a necessidade de trazer o judiciário para dentro da ação
385 e discussão preliminar, para sensibilizar os juízes a aderirem esse movimento. **3º Ponto da**
386 **Pauta** diz respeito à solicitação de inclusão de novos membros, CGM Guarulhos, Auditoria
387 Fiscal de Tributos Municipais – Santos, ADPF/SP (Associação dos Delegados de Polícia
388 Federal), existem a preocupação inclusão de membros representantes de associações e
389 municípios, devido à numerosidade de participantes, por outro lado Dr. Ricardo Ferrari sugere
390 a criação de núcleos regionais para que não exista um desestímulo aos interessados, existem
391 também razões logísticas que podem inviabilizar a participação, Dr. Gustavo sugere o
392 compartilhamento das ações do FOCCO-SP, além de explicar que existe também uma
393 limitação para a capital a fim de dar eficiência às reuniões, com relação à criação regional há
394 que se pensar na adoção de medidas para atender as solicitações. Sugere-se aguardar uma
395 proposta para deliberar de que forma se dará o atendimento às solicitações, o TCM e SMJ se
396 comprometem a apresentar proposta na próxima reunião. **Manuella Ramalho** apresenta os
397 dados da web denuncia e reitera a necessidade de se encaminhar para a secretaria executiva,
398 mensalmente, os dados das apurações, para que se possa acompanhar se houve denúncia
399 fundamentada e quais foram as providências, além disso, o sistema está sendo aprimorado, e
400 sugestões são aceitas e devem ser encaminhadas a OGE. Dr. Gustavo salienta a necessidade de
401 atendimento através da plataforma web denuncia, onde cada instituição participante deveria em
402 até 30 dias depois de apurar a denúncia, lançar na plataforma qual foi a providência adotada,
403 quais os desdobramentos e consequência concreta. Há também a necessidade de orientação ao
404 cidadão, quanto ao canal adequado, à necessidade de mais dados ou orientar o correto
405 direcionamento por se tratar de outra esfera. Realizar um convite oficial e formal através do
406 FOCCO-SP ao presidente da JUCESP realçando a conveniência da participação na próxima
407 reunião. Assim como a moção de apoio a autonomia da CGM como previsto na lei, extirpando-
408 se os dois parágrafos inadequados. Sempre que surgir algum tema relevante dentro do escopo
409 institucional, encaminhar a manifestação à secretaria executiva do fórum que imediatamente
410 compartilhará com todos os integrantes, e nessas situações deliberar num prazo de 24h.
411 **Considerações finais:** o Secretário Executivo parabenizou a todos e agradeceu a todos os
412 presentes informou que a **4ª Reunião Plenária será no mês de novembro de 2018, a**
413 **princípio no dia 22, no Tribunal de Contas do Município.** Dr. Panato encerra a plenária
414 n°003/2018. E para constar, eu Elissandra Patricia Melo, Assessora Especial, da Controladoria



415 Geral do Município, da Coordenadoria de Promoção da Integridade, lavrei a presente ata, que é
416 assinada pelo Secretário-Executivo do FOCCO-SP.

417

418

419

420

421

422

423

424

425

426

427

428

429

430

431

432

433

434

435

436

437

438

439

440

441

442

GUSTAVO GONÇALVES UNGARO

443

CONTROLADOR GERAL DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

444

SECRETÁRIO EXECUTIVO DO FOCCO-SP

445